

O Recuo Recapitulativo Reprendedor das Perguntas-Respostas de Romanos 9.19-23

Rômulo Monteiro¹²³

Resumo: o artigo analisa Romanos 9.19-23, buscando avaliar se a cadeia de perguntas retóricas presentes nos versos 20-23 responde aos questionamentos apresentados no verso 19. Os indícios que podem fornecer alguma luz nessa busca são encontrados (1) no estilo diatríbico, (2) na identidade do interlocutor bem como (3) nas perguntas: natureza e a relação estabelecida entre elas. As implicações das conclusões exegéticas desse texto para a Teologia Cristã são incomensuráveis, pois as perguntas apresentadas no verso 19 tocam em temas caros – de natureza fundante (e.g., a relação entre a soberania de Deus e a responsabilidade humana). Quando tocamos em temas dessa natureza, precisamos experimentar uma longa vida para testemunhar somente os vislumbres dos seus desdobramentos.

Palavras-chave: teodiceia, soberania de Deus, responsabilidade humana, perguntas retóricas.

Abstract: the article analyzes Romans 9:19-23, seeking to evaluate whether the chain of rhetorical questions present in verses 20-23 answers the questions presented in verse 19. The clues that may provide some light in this search are found (1) in the diatribic style, (2) in the identity of the interlocutor as well as (3) in the questions: nature and the relationship established between them. The implications of the exegetical conclusions of this text for Christian Theology are immeasurable, as the questions presented in verse 19 touch on dear themes – of a founding nature (eg, the

¹²³ Rômulo Monteiro alcançou seu bacharel em Teologia pelo Seminário Batista do Cariri (Crato-CE) em 2001; concluiu seu mestrado em Estudos Bíblicos Exegéticos no Novo Testamento pelo Centro de Pós-graduação Andrew Jumper (São Paulo-SP) em 2014. De 2003 a 2015 ministrou várias disciplinas como grego bíblico e teologia bíblica em três seminários (SIBIMA, Seminário Bíblico Teológico do Ceará e Escola Charles Spurgeon). Foi professor do Instituto Aubrey Clark (Fortaleza-CE) até 2019. Atualmente é diretor do Instituto de Teologia Semear (Aquiraz-CE) e Pastor da PIB de Aquiraz. É autor do Livro *Caminhando na Perfeição: a doutrina da perseverança dos santos em Hebreus 6*.

relationship between God's sovereignty and human responsibility). When we touch on themes of this nature, we need to experience a long life to witness only the glimpses of their unfolding.

Keywords: theodicy, sovereignty of God, human responsibility, rhetorical questions.

Introdução

Quando o assunto é predestinação, eleição, e a relação entre a soberania de Deus e a responsabilidade humana, são muitos os caminhos e/ou perspectivas que podem ser empregados na busca por elucidação. Contudo, para um teólogo cristão é simplesmente impossível lidar com qualquer assunto sem passar, mesmo que de maneira indireta, pelo *texto* sagrado. Em outras palavras, a despeito de não ser o único caminho possível para o desenvolvimento de um tema teológico, a abordagem exegética jamais pode ser ignorada por um herdeiro da Reforma. E se os assuntos listados no início desse parágrafo vêm à tona, é impossível não dar uma atenção redobrada para Romanos 9.

A despeito de sua relação com os temas alistados acima, a tônica da grande porção (capítulos 9-11) é apologética: *Paulo está defendendo a integridade de Deus e o poder do Evangelho diante da rejeição em massa dos judeus*. Em outras palavras, assuntos como predestinação e eleição devem ser visto *à luz* desse contexto maior – Deus é fiel, ele promete, ele cumpre.

Segue a linha argumentativa do texto: ao defender Deus da acusação de não cumprir sua Palavra (especialmente as promessas dirigidas à nação de Israel), Paulo apela para a soberania de Deus na predestinação (endurecimento e eleição [cap. 9]) e para a responsabilidade humana (rejeição da pregação por Israel [cap. 10]). Ao lidar com a primeira, Paulo interage com um interlocutor-opositor imaginário (usando o recurso da diatribe) que apresenta duas indagações: uma no verso 14 (Deus é injusto?) e outra no verso 19 (como culpar pessoas que Deus endureceu?). Nosso foco será a análise dos versos 19-23.

Pensando especificamente nas perguntas apresentadas no verso 19, estamos diante do texto mais *direto* e *didático* de toda Escritura sobre a relação entre soberania de Deus e a responsabilidade humana. Sendo respondida ou não, o texto que segue a questão, no mínimo, nos ajudará a lidar com um dos grandes questionamentos para todos aquele que se aproxima do Deus de Israel – Soberano sobre tudo. Diante das

várias questões interpretativas que emergem do próprio texto, nos deteremos com maior atenção a uma única: Paulo responde ao questionamento do verso 19?

1. Estrutura, problemas interpretativos e pressuposições.

Trata-se de uma porção pequena e, portanto, uma vez aceita a proposta dos limites da passagem, de fácil entendimento estrutural. No v.19 temos uma pergunta. Sendo mais exato, duas: (1) Por que Deus ainda nos culpa (μέμφομαι)? e (2) Pois, quem resiste à sua vontade? O questionamento (trataremos as *duas* perguntas como um *único* questionamento) é seguido por uma sequência de outros questionamentos (perguntas-respostas [doravante, PR]) que começam no verso 20 e vão até verso 23. O número de PR dependerá da edição¹²⁴: São quatro nas edições gregas (duas no v.20, uma no v.21, uma nos vs. 22-23) ou cinco em algumas traduções portuguesas (e.g., NVI). O verso 24 desenvolve outro assunto.

Perguntas	Conteúdo
1 ^a	ὃ ἄνθρωπε, μενοῦνγε σὺ τίς εἶ ὁ ἀνταποκρινόμενος τῷ θεῷ;
2 ^a	μη̄ ἐρεῖ τὸ πλάσμα τῷ πλάσαντι· τί με ἐποίησας οὕτως; ἦ
3 ^a	οὐκ ἔχει ἐξουσίαν ὁ κεραμεὺς τοῦ πηλοῦ ἐκ τοῦ αὐτοῦ φυράματος ποιῆσαι ὃ μὲν εἰς τιμὴν σκεῦος ὃ δὲ εἰς ἀτιμίαν;
4 ^a	εἰ δὲ θέλων ὁ θεὸς ἐνδειξασθαι τὴν ὀργὴν καὶ γνωρίσαι τὸ δυνατὸν αὐτοῦ ἤνεγκεν ἐν πολλῇ μακροθυμίᾳ σκευὴ ὀργῆς κατηρτισμένα εἰς ἀπώλειαν, καὶ ἵνα γνωρίσῃ τὸν πλοῦτον τῆς δόξης αὐτοῦ ἐπὶ σκευῇ ἐλέους ἧ προητοίμασεν εἰς δόξαν; ¹²⁵

¹²⁴ Não é o objetivo aqui discutir tecnicamente os limites da passagem. Ainda assim uma palavra sobre as dificuldades estruturais tem seu valor para fim de esclarecimento visando revelar nossa *consciência* sobre problemática. Parte da dificuldade fica por conta da sentença condicional que começa no verso 22, contudo, sem sinais claros do seu fechamento. Isso gerou divergência sobre: (1) onde finda a sentença (sugestões: no v.22, 23 e 24); e, (2) se existe alguma apódase explícita (as sugestões de apódase são: v.23, v.24).

¹²⁵ O texto grego segue NESTLE, E., NESTLE, E., ALAND, B., ALAND, K., KARAVIDOPOULOS, J., MARTINI, C. M., & METZGER, B. M. (1993).

As problemáticas interpretativas são inúmeras: Onde começa e termina nossa unidade de pensamento? Estamos diante de uma linguagem *corporativa* ou as palavras paulinas lidam com o *indivíduo*? O endurecimento é o mesmo que condenação ou podemos ligá-lo ao endurecimento temporário de Israel? O que levanta a questão? A pergunta (ou perguntas) do v.19 é respondida? Se não é, qual o papel desses questionamentos? Como essas perguntas se relacionam entre si? Há um mútuo entendimento? Visam esclarecer ou sobrecarregar? Qual o papel de uma pergunta? É informar ou tem somente efeito retórico?

Evidentemente que não lidaremos com todas essas questões. Em alguns casos teremos suas respostas como pressuposições. Seguem algumas: (1) tomaremos os versos 14-23 como uma unidade que responde diretamente aos questionamentos que emergem com o tema da eleição incondicional; (2) endurecimento como paralelo a condenação; (3) salvação individual e não linguagem coletiva¹²⁶.

2. A diatribe

Antes de lidarmos com as perguntas, faz-se necessária uma palavra sobre o artifício da diatribe. São duas as razões para nossa digressão: (1) trata-se de um recurso usado em abundância em nosso documento (caps. 2, 3, 6, 8, 9, 11, 14)¹²⁷; e (2) está presente tanto nos versos em questão como nos que os antecedem.

A maioria dos estudiosos (STERLING 2002:322; 153) reconhece a diatribe como um *recurso retórico* ligado às escolas de instrução filosófica (e.g., cínicos [Tales], estoicos [Sêneca], epicureus [Filodemo] e platonistas [Plutarco]); mas também encontrada entre os profetas do Antigo Testamento e em documentos judaicos (e.g., Sabedoria de Salomão).

Segundo Sterling (2007:153 – itálico nosso): “As marcas da diatribe são o uso de um *oponente* e a antecipação de falsas conclusões.” A diatribe “prever *objeções* a uma argumentação” (KÖSTENBERGER, PATTERSON, 2015:447 – itálico nosso). Além disso, Köstenberger e Patterson (ibid.) nos lembram que se trata de uma técnica “usada somente com um público que tem uma relação mais do que apenas superficial [...] visto que ela visa constranger o ouvinte a examinar a verdade.” Trata-

¹²⁶ A expressão *plural* “vasos”, bem como a declaração de que os vasos de misericórdia vêm *dos judeus* (ἐξ Ἰουδαίων) e *dos gentios* (ἐξ ἐθνῶν) reforçam essa conclusão.

¹²⁷ Moo (1996:600) crê que nesse parágrafo em especial o “estilo diatríbico torna-se mais pronunciado.”

se de um método ou estilo (não gênero) que visa a *persuasão* e *censura* (AUNE 1989:200).

Duas considerações sobre o reconhecimento da diatribe. (1) Não estamos no *começo* do “diálogo diatríbico”. Para ser mais exato, estamos no *final* de uma conversa que já passou pela temática da *justiça de Deus*. Algumas conclusões importantes sobre a primeira parte que estão pressupostas na lida com nosso texto: (1.1) A citação de Êxodo 33.18 no v.15 (“terei misericórdia de quem eu quero...”) carrega o significado da *essência* do nome de Deus. E o que isso diz sobre Deus? Que ele é *livre*. Sua vontade não é dependente das escolhas de ninguém. A vontade de Deus não é influenciada por ninguém. Nisto está a glória de Deus. É a essência do que é ser Deus. Deus não é constrangido por força nenhuma. Quando Deus escolhe, Ele não é influenciado por nada fora dele mesmo. Isso é glorioso, majestoso. Como isso responde ao questionamento? Vamos a nossa segunda conclusão. (1.2) O conceito de “justiça de Deus”. É comum, e por isso perigoso, associar justiça *exclusivamente* com retribuição. Em muitos textos, contudo, o sentido não se ajusta a *recompensa*, mas a *fidelidade imerecida*. Em 1 Samuel 24.17, por exemplo, Davi não foi *justo* porque seguiu um padrão ético de *justiça retributiva* (cf. Sl. 69.27; 143.1-2, 11). Ele foi *misericosioso*. Há ainda o sentido de “fidelidade pactual”¹²⁸. Contudo, os atos salvíficos e misericordiosos de Deus não são atos justos *meramente* porque eles apoiam as promessas do pacto ou porque revelam seu compromisso com a Criação, mas porque eles preservam e revelam a honra do *nome* de Deus (Is. 43.25; Jr. 14:7, 9, 20, 21; Dn. 9.7, 14, 16). Aqui a *liberdade gloriosa* de Deus se une ao conceito de *justiça*. Deus está agindo *de acordo* com Seu nome, Sua glória e Sua liberdade gloriosa (PIPER 1993). Deus seria *injusto* em não agir assim, segundo a Sua *liberdade gloriosa*. Ele trairia a Ele mesmo. Deus não é influenciado por ninguém. Deus é soberano na eleição. Assim, concluimos com uma terceira consideração: (1.3) Paulo mudou as *bases* que geraram a pergunta (Deus é injusto?) e declara que Deus não pode agir contra a verdade de *quem ele é*. É uma questão de *identidade*. Por que Jacó e não Esaú? Porque Ele quis. Nada em Jacó o levou a escolhê-lo. A pergunta do verso 19 surge desse diálogo. Isso não pode ser ignorado sem ser se cometer injustiça.

(2) O reconhecimento da utilização da diatribe nos leva a outros questionamentos de natureza interpretativa: Qual o *objetivo* de Paulo aqui? É polêmico? Persuasivo? Censura? A *quem* Paulo se dirige? Quem está na mente de Paulo? Qual o perfil do interlocutor imaginário? Um aluno ou um opositor?

¹²⁸ Na visão de N. T. Wright (2009:55-56 – itálico nosso), a fidelidade de Deus à *criação* e à *aliança* “não são duas, mas *uma só*. Esse é o significado real da expressão *dikaiosyne theou*.”

Apesar da importância da consciência retórica por parte do intérprete, isso não é suficiente. Assim, além das palavras de Aune, Köstenberger, Patterson, Sterling e muitos outros especialistas, precisamos procurar *no próprio texto* indícios da natureza do *tom* do “diálogo diatribico”. O texto nos fornece pelo menos quatro indícios de que o tom é de *oposição e/ou confronto* (contra a ideia de um “parceiro de diálogo”): (1) o advérbio “ainda”; (2) a expressão ἔτι ἄνθρωποι; (3) o particípio ἀνταποκρίνομαι; e (4) a natureza das perguntas. Os tópicos a seguir lidarão com esses pontos em mais detalhes.

3. As perguntas do verso 19 e seu interlocutor

São duas as perguntas do interlocutor imaginário. Se não entendermos a natureza das perguntas, não podemos saber se elas são *realmente* respondidas – objetivo do nosso texto. O que se questiona é a *atribuição* de culpa. Por que ser culpado? O “porquê” (τί) indica que a questão envolve a *base* (PORTER 2015:189). Em outras palavras: “Sobre que *base* o homem pode ser culpado?”; “Com que *fundamento* Deus julga ou condena alguém que ele mesmo endurece?”. A segunda questão (soberania), por sua vez, *desenvolve* a primeira (culpa). Esses questionamentos, como o que encontramos no verso 14, antecipam uma objeção diante do que foi dito nos versos 15-18 – especificamente a realidade do *endurecimento* no v.18. Em suma, nosso parágrafo é uma reação à soberania aplicada ao endurecimento.

É importantíssimo ressaltar que a declaração que *fundamenta* o questionamento não é negada e/ou questionada; antes, pressuposta (principalmente diante do que já dito nos versos anteriores sobre “endurecer” e “aborrecer”). Assim, as “respostas” que seguem o questionamento ratificam a soberania de Deus *nos termos da pergunta*. Em outras palavras, realmente *a vontade do Senhor não pode ser resistida*. O mesmo pode ser assegurado sobre a primeira pergunta. O questionamento surge exatamente na dificuldade e/ou *impossibilidade conciliatória* das duas: o endurecimento e a culpa.

Sobre o interlocutor, seguem algumas possibilidades quanto à sua identidade: (1) Ser humano (MOUNCE 1995:201; MORRIS 1988:364 [criatura]).¹²⁹ (2) O homem como *pecador* – não teríamos apenas um referente a *humanidade* (MURRAY 2003:393 [arrogante e presunçoso] HENDRIKSEN, KISTEMAKER 2001:327 [insolente e

¹²⁹ Comentaristas que seguem essa ideia geralmente enfatizam o contraste com Deus destacando o homem *como criatura*. BARRETT (apud. MOO 1996:601), por exemplo, propõe “Meu caro senhor” como tradução. Aqui o interlocutor é um tipo de “parceiro de diálogo”.

arrogante] CRANFIELD 1992:227 [pecador]). (3) Um judeu (FITZMYER 2008:568; DUNN 1988, MOO 1996:600¹³⁰).

Se por um lado as tentativas mais específicas de identificação (e.g., judeu ou judeu fariseu) precisam de referências *além* do texto (e.g., Moo usa Josefo; Dunn usa o Jubileu) – o que não é condenável em si –; as propostas mais genéricas pecam por ignorar o tom reprovativo das primeiras duas PR que nos impedem de ver nosso personagem somente como homem. Diante disso, propomos uma rubrica para nosso interlocutor imaginário: *opositor censurável*. Não se trata de uma qualificação étnica ou de *status* (criatura), mas *comportamental* – o que veremos ser o elemento identitário mais importante *no texto*. Com isso não estamos negando que o elemento comportamental passa pela condição humana – criatura. Já a questão *étnica* pode até estar presente, mas não é determinante para o sentido do texto. Seguem *três indícios* para nossa rubrica:¹³¹

Em primeiro lugar, ainda pensando na pergunta do v.19, a presença do advérbio ἔτι (“ainda”) nos direciona a entender o interlocutor como um *questionador*. Na pergunta Deus não somente “encontra falta”, ele *ainda* assim o faz *à luz da sua soberania*. Como pode Deus *ainda*...? O peso do nosso “ainda” ganha força vai ganhando mais força na soma com os outros indícios a seguir.

Em segundo lugar, a expressão “Ó homem” (ὦ ἄνθρωπε). Apesar da expressão em si não ser necessariamente depreciativa, ela aparece no contexto para “acentuar o status subordinado e criatural do objeto” (MOO 1996:601). Na primeira PR a expressão está em claro *contraste* com Deus (abaixo isso ficará mais claro e/ou reforçado na análise da alusão a Isaías 29.6). Isso nos leva a pensar que, a despeito do nosso questionador se referir a Deus na terceira pessoa (βουλήματι αὐτοῦ e não βουλήματι σου), suas palavras são tomadas por Paulo como que dirigidas *diretamente contra* o Criador.

“Ó homem” (ὦ ἄνθρωπε) poderia colocar nosso interlocutor como um representante da *humanidade*. Se esse fosse o caso, o objetivo seria revelar a incapacidade do “ser humano” de fazer essas perguntas (MORRIS 1988:364). Contudo, nosso terceiro indício, o particípio adjetival ἀνταποκρίνομαι (“questionar”, NVI, “discutir” ARA, NAA, NVT, “replicar” ACF, ARC, EC, “argumentar” AS21) nos impede de seguir essa

¹³⁰ Alguns vão além propondo alguma corrente de pensamento específica dentro do judaísmo. Moo, por exemplo, entende ser provável um judeu fariseu. A oposição, contudo, não se dá entre escolas de pensamento, mas, especificamente contra o que sido argumentado desde o início do capítulo – Deus predestina sem ser influenciado.

¹³¹ O quarto indício será considerado em 4.3.

direção. A léxis tem claramente natureza *antagônica*. Trata-se de um *confronto*. Porter (2015:189 – itálico nosso) entende que o lexema “implica em resposta de maneira *conflituosa*”. Ele reforça sua conclusão apelando à presença do prefixo preposicional *ἀντί*. Outros eruditos entendem da mesma maneira (e.g., MOO 1996:602; BDAG). O verbo aparece em Lucas 14.6. Lá os opositores de Jesus não podem “responder”. No caso, seria “contradizer”, “contrapor”, “refutar”. Se é o que temos aqui, a palavra tem o sentido claramente de conflito – um *protesto*.

Além disso, o particípio funciona como uma *interpretação* não somente do homem, mas das perguntas no verso 19. Se *interpreta*, seja qual for o espírito de quem a faz, a pergunta é, em si, condenada. Em outras palavras, não caberia ao *ser humano* (qualquer que seja) fazer essa pergunta. Se temos um *esclarecimento*, ele está dizendo que *quem* pergunta é arrogante. Nesse caso, o que estaria sendo questionado era a *atitude* do questionador e não a pergunta em si. Paulo assim não estaria proibindo o levantamento de questões dessa natureza, mas se contrapondo ao espírito *desafiador* do locutor imaginário. Se por um lado o texto nos impede de assegurar que essa pergunta *em si* é desafiadora (e, portanto, proibida); por outro, como veremos abaixo, as PR a categorizam assim – o que deve levar o leitor a se questionar, caso reproduza o questionamento, *em que espírito* se encontra ao proferir tais palavras e/ou pensamentos. Se for marcado pela humildade, as palavras que seguem não lhes são dirigidas *diretamente*. Mas ainda lhes serve de advertência e controle.

Assim, se tomarmos “humanidade” como referente, pecamos por *generalidade* uma vez que um pecado específico (confronto) está presente no cenário e é parte do caráter de quem pergunta (particípio adjetival). Em suma, (1) a expressão “homem”, (2) seu paralelo com o vocábulo “barro”, (3) o contraste com Deus e (4) seu “protesto” nos conduzem a concluir que seu papel é nos lembrar que nosso questionador não reconhece sua condição de “homem” – o que pode explicar seu *espírito confrontador*. Assim, a pergunta do verso 19 não vem de um coração humilde que só quer conhecer mais das profundidades de Deus.

Em suma, o autor da pergunta é, pois, alguém que, diante do exercício da liberdade soberana do Criador de condenar quem ele mesmo endurece, o *desafia* e *confronta*. Como condenar alguém que foi endurecido pelo próprio condenador? Sua pergunta é um *questionamento*; no entanto, seu questionamento é questionado. A razão: suas palavras são untadas com um espírito que rompe seus limites criaturais de barro e afrontam o Criador. “[A] ilustração do barro mostra quão ridículo isto [os questionamentos no v.19] é.” (HARRISON 1984:106)

4. As perguntas-respostas

Nosso texto é composto exclusivamente por perguntas. Nada mais natural, pois, do que se debruçar sobre elas buscando entender suas relações e naturezas. Perguntas podem ser categorizadas por estrutura (sintaxe) ou por semântica. Estes (2017), por exemplo, elenca várias possibilidades semânticas (e.g., abertas, especulativas, líricas, deliberativas, aporéticas, fáticas, dilemas, contrafactuais, confirmação etc.), mas deixaremos a categorização para o momento final. Vamos à algumas considerações de nossas PR.

4.1. Perguntas em cadeia

Sobre a estrutura e conteúdo: (1) Podemos dividi-las em dois blocos separados pela conjunção ἢ (ou); (2) As duas primeiras estão unidas pelo tema do *discurso* (palavras em negrito no abaixo). Na primeira, temos “responder” (ἀνταποκρινόμενος) e na segunda “falar” (ἔρει). (3) As duas últimas estão ligadas pelos *contrastes* honra-misericórdia e desonra-ira e o ato de liberdade soberana de Deus expressos pelos vocábulos “autoridade”, “vontade” (através do verbo “querer”) e “endurecer” (palavras sublinhadas). (4) As figuras do *oleiro* e do *barro* cortam os dois blocos (palavras em itálico e negrito). Essa *unidade temática* pode ser um indicativo de que temos uma relação de *esclarecimento* mútuo entre as perguntas.

- 1 ὦ ἄνθρωπε, μενοῦνγε σὺ τίς εἶ ὁ ἀνταποκρινόμενος τῷ θεῷ;
- 2 μὴ ἔρει τὸ πλάσμα τῷ πλάσαντι· τί με ἐποίησας οὕτως;
ἢ
- 3 οὐκ ἔχει ἐξουσίαν ὁ κεραμεὺς τοῦ πηλοῦ ἐκ τοῦ αὐτοῦ φυράματος ποιῆσαι ὃ μὲν εἰς τιμὴν σκεῶς ὃ δὲ εἰς ἀτιμίαν;
- 4 εἰ δὲ θέλων ὁ θεὸς ἐνδείξασθαι τὴν ὀργὴν καὶ γνωρίσαι τὸ δυνατὸν αὐτοῦ ἤνεγκεν ἐν πολλῇ μακροθυμίᾳ σκεύη ὀργῆς κατηρτισμένα εἰς ἀπώλειαν, καὶ ἵνα γνωρίσῃ τὸν πλοῦτον τῆς δόξης αὐτοῦ ἐπὶ σκεύη ἐλέους ἃ προητοίμασεν εἰς δόξαν;

Um dos primeiros sinais de sentido que não pode ser ignorado em nossa *cadeia* de perguntas é que elas são “perguntas” – plural. Perguntas duplas (como as que encontramos no v.19) tendem a *encapsular* um argumento – o que realmente é o caso como colocamos acima. Já múltiplas perguntas (como as PR) tendem a *sustentar* um argumento. Na primeira o efeito retórico é *amplificação do argumento* (o que fica claro

no v.19: culpa-soberania). Na segunda, um dos efeitos é *sobrecarregar* o ouvinte – o que já nos diz muito.

4.2. Respostas Esperadas.

Um segundo elemento de destaque em nossas PR é que metade delas é “negativa”. A segunda e a terceira perguntas são prefaciadas por partículas negativas. A segunda com μή [espera resposta negativa] e a terceira com um οὐκ [espera uma resposta positiva]). Na quarta e última temos uma condicional. Infere-se dessa realidade o fato incontestável de que não estamos diante de “perguntas abertas”. As respostas já estão presentes na própria construção e/ou estrutura das perguntas. Assim, fica evidente a *natureza coerciva* das PR. Além das “perguntas negativas”, as demais, mesmo não possuindo a mesma estrutura, como as outras, *exigem* respostas específicas, participando assim da *natureza coerciva* das demais. Elas *não informam*, somente *lembram coercivamente*.

4.3. Só repreensão ou repreensão e informação-resposta?

A primeira PR bem como toda construção possui elementos suficientes para acreditarmos que o autor do questionamento no v.19 está sendo duramente *repreendido* e não *diretamente respondido*. A pergunta de *identidade* (σὺ τίς εἶ) seguida de uma ligação com o “barro” em contraposição ao “oleiro” mostra que o objetivo não é a *persuasão*, mas a *censura*.

A cena descrita na segunda PR é absurda. Ela se une à primeira pergunta no mesmo espírito *repreensivo*. A cena irreal e insana da reclamação do barro ao oleiro reforça que Paulo não irá responder ao questionamento do “vaso revoltado”. A reclamação não é tanto pelo fato de *ser um vaso*, mas de ter sido feito de determinada *maneira* (οὕτως). É a *sabedoria* do Oleiro que está sendo questionada pelo interlocutor imaginário.

Na pergunta do verso 14 temos, logo em seguida, palavras que visam a *persuasão*, aqui, contudo, temos *repreensão*. Soma-se a isso o fato de que essa repreensão se encontra exatamente nas primeiras PR. As primeiras palavras de Paulo em “resposta” ao questionamento são de *repreensão* ao próprio fato de se fazer a pergunta. Mas ainda permanece a questão: ao repreender, Paulo responde? Diretamente, certamente que não. Ele não entra no mérito da questão. No entanto, ainda há outra possibilidade: Paulo não poderia estar corrigindo o espírito do

questionador nas primeiras duas PR e respondendo nas duas últimas? Nesse possível entendimento as duas primeiras preparariam o caminho pela correção para a chegada da resposta presente nas duas últimas. À princípio, faz sentido. Principalmente quando olhamos para a construção da última PR. Ela tem maior conteúdo (v. 22-23) e tem um indício *argumentativo* indicado pela presença do “se” (εἰ).

Voltemos nossa atenção para a última e mais complexa oração (logo voltaremos nossa atenção para a terceira PR). Na nota 2 acima já adiantamos um pouco as dificuldades com os limites da sentença condicional. Aqui nosso foco será o papel do particípio θέλων (“querendo” – NVI) e a oração de *propósito* (ἵνα) no início do verso 23. A questão aqui fica por conta da *natureza* do questionamento (causal, concessivo ou modal?) e seu sentido (o que realmente está sendo questionado?). O acesso a essas informações é dificultado pela ausência de uma apódase e uma oração principal.

Tanto a *léxis* (desejo) do particípio (e os infinitivos ligados a ele) quanto a oração de propósito enfatizam a *intenção* de Deus. Deus *quer revelar* sua ira, seu poder paciente em suportar vasos preparados para a destruição bem como a riqueza da sua glória para com os vasos de misericórdia. Além disso, temos aqui um paralelo com os versos 17-18. Isso nos impulsiona para a natureza *causal*. Ele suportou vasos condenados *porque queria revelar sua ira e fazer conhecido seu poder*.

A ausência de explicitação quanto a *natureza* no questionamento (o que realmente está sendo questionado) bem como a repetição da temática do barro e do oleiro nos direciona para a PR anterior como um caminho de esclarecimento. A referência ao oleiro e ao barro nos remete ao AT. Quando se pensa no “conceito de barro” somos direcionados a Gênesis 2 e Jeremias 18. No primeiro temos a *humanidade* como barro e no segundo temos Israel (não *indivíduos*). Quando pensamos em precisão textual, bem como a tonalidade repreensiva, somos direcionados a dois textos na obra do profeta Isaías (29.16; 45.9-13). Evidentemente que, como conceitos mais amplos, Gênesis e Jeremias *permeiam* nosso texto. Contudo, se queremos ter um entendimento “mais fino” de nossa passagem, as passagens em Isaías (principalmente a primeira) são as fontes mais precisas. Isso, evidentemente, não quer dizer que Paulo não tenha “sua mão” na construção. A ênfase em *vasos* (plural), por exemplo, destacando *indivíduos* é distinta das passagens do AT que geralmente tem uma tônica mais *corporativa*.

Pensando especialmente em Isaías, tanto no contexto mais próximo (caps. 28-33) como no mais amplo (caps. 7-39) a temática desenvolvida pelo profeta é da *confiança*

em Deus (OSWALT 2011:1:244)¹³². Nos limites dessa longa porção encontramos um rei incrédulo (Acaz [cap. 7]) e um confiante (Ezequias [caps. 38-39]). O povo de Deus não *confia* na sabedoria e no *poder* de YHWH. No contexto mais próximo encontramos uma série de “ais” direcionado ao povo de Jerusalém. Dentre as inúmeras acusações feitas pelo profeta, temos a de que esse povo adora a Deus seguindo “regras de homens” (29.13). Essa realidade absurda é realçada com a acusação de eles *invertem* (pervertem – תִּפְּוּ) a relação com o Criador. Segundo a NVI, “viram as coisas de cabeça para baixo”. Eles não reconhecem: (1) sua condição de criatura; e (2) a *sabedoria* do Oleiro (Ὁὐ συνέτῶς με ἐποίησας – LXX [29.16]). Como colocamos acima, é exatamente a acusação de Paulo ao seu interrogador. Ele está questionando a *sabedoria* do Criador na aplicação da *discriminação* descrita nos versos 17-18 (misericórdia para uns e endurecimento para outros) e repetida na última PR. Esse questionamento atrevido passa pela ignorância da própria condição de criatura e da sabedoria de Deus.

A autoridade (ἐξουσία) referida por Paulo no verso 21 (terceira PR) quanto considerada isolada do fluxo do argumento pode gerar um entendimento equivocado sobre a natureza do exercício de Deus de sua liberdade. Paulo não está dizendo que Deus tem autoridade para fazer *qualquer coisa*. Está pressuposto que ele tem autoridade para fazer do “seu jeito”. Ele é sábio. Paulo não está *explicando* a “decisão discriminatória de Deus”, mas lembrando que tudo que Deus faz é sábio. Sua autoridade não é arbitrária e/ou volúvel.

A intenção de Deus está presente na léxis do participio, nos infinitivos e na oração prefaciada por ἵνα. Pela *posição* na oração e pela natureza clara quanto à intencionalidade presente na conjunção, a declaração que a segue pode ser a predominante: “...para tornar conhecidas as riquezas de sua glória aos vasos de sua misericórdia, que preparou de antemão para glória...”. As declarações anteriores estariam “ao seu serviço”.

E apódase? Paulo, como em outros textos (e.g., Jo. 6.62; At. 23.9; Rm. 2.17), deixou para o leitor o papel de suprir sua ausência.

Assim, as duas últimas PR, como as duas primeiras, não respondem ao questionamento *em si*. Como a paciência de Deus com os vasos da ira explica a

¹³² O reconhecimento de uma determinada temática não implica necessariamente na presença do vocábulo que a representa como se acesso ao tema (conceito) fosse constatado exclusivamente por meio de uma pesquisa estatística de vocábulos. Podemos identificar determinada temática em vocábulos sinónimos (confiança-descansar-esperar), contrastantes (confiança-orgulho-altivez de espírito) e, principalmente, na presença do *conceito*.

atribuição de culpa em alguém que não pode resistir ao endurecimento? Elas corrigem a postura de *atrevimento* do questionador com perguntas que destacam a *identidade* dos envolvidos: barro e Oleiro sábio. As PR não explicam a questão; elas calam a boca do questionador. Se, por exemplo, levantarmos o mesmo questionamento do verso 19 com um espírito de humildade, as PR não nos responderão. Contudo, não ficaremos sem nada. Ainda seremos lembrados da nossa condição. Na pergunta do verso 14 temos em seguida palavras que visam a *persuasão*, aqui temos *censura*.

5. A natureza das perguntas

Por que Paulo escolheu repreender por meio de perguntas? Várias as possibilidades: (1) *Efeito retórico*. Perguntas negativas são comuns em discursos retóricos. É importante entender que a retórica não visa somente *informar*. Aliás, as perguntas negativas não têm como objetivo *primário* informar. As qualidades *informativas* das perguntas são *menores* que as retóricas. Um dos efeitos é a *coerção* como colocamos acima.

(2) *Lembrar*. Ainda pensando em informação e efeito retórico, todas as perguntas têm respostas certas (inclusive indicadas sintaticamente). Isso indica que o autor está lidando com *conhecimento prévio comum* e que, em rigor, não há *novidade*, não há *nova informação*. Não há desenvolvimento informativo da temática. Antes, um *recuo recapitulativo repreendedor*.

(3) *Gerar espanto*. As chamadas “questões aporéticas”, por exemplo, visam o impossível. Elas visam revelar a *incapacidade* de se saber o que se questiona. Um dos elementos indicadores é a presença *contraste* entre algo *pequeno* e algo *imenso e além* do entendimento (ESTES 2017:175).

Conclusão

Afinal, a pergunta no verso 19 é respondida? Em certo sentido, sim. Primeiro porque não temos um *silêncio* após a pergunta. Além disso, o que é dito deveria ser suficiente para silenciar o questionador. Saber que Deus é o *justo em sua liberdade* (argumentação nos v.14-15), *criador, sábio* e que somos barro impede, se não a existência do questionamento (nos termos do verso em questão), pelo menos de *espírito de afronta* é completamente destruído.

No entanto, isso está longe de ser uma resposta no sentido mais natural da palavra. Por isso podemos dizer que o questionamento *não* é respondido. Primeiro, os elementos principais envolvidos não aparecem na resposta. Os verbetes colocados no verso 21 não visam a pergunta do verso 19. Toda terminologia desse verso vem do verso 20 que por sua vez é um questionamento da própria pergunta. A partícula *ἢ* (ou) no início no verso 21 reforça essa conclusão.

Em segundo lugar, o *conteúdo* questionado, ou seja, a relação culpa do homem e soberania divina, especificamente a *base* da culpa humana (*τι*) não é *diretamente* tratada. O que está sendo questionada é a sabedoria do oleiro e não seu poder. A pergunta é questionada e redirecionada. A primeira PR *questiona* a própria pergunta feita. A pergunta é, na verdade, uma *repreensão*. Não há tentativa nenhuma de *esclarecimento* da temática. Precisamos entender que, se as palavras sobre a soberania criadora de Deus são suficientes – o que creio serem – isso não implica que elas respondem a questão.

Há uma diferença entre descanso cognitivo e resposta direta. Ainda que a pergunta não seja respondida, os lembretes retóricos têm seu valor. A pergunta feita no verso 19 é legítima. Contudo, mesmo que a façamos no melhor dos espíritos, ainda precisaremos ser sobrecarregados dos lembretes presentes nas PR: somos criaturas, Deus é criador, sábio e tem compromisso e interesse em sua glória ser revelada no exercício de sua misericórdia.

Pode-se ainda indagar: a questão levantada no verso 19 é respondida em outro lugar da Escritura? Bem, em primeiro lugar, essa seria uma grande oportunidade para o apóstolo respondê-la diretamente. Seu silêncio fala muito alto. Quanto à outras passagens, até o presente momento creio que o silêncio reina. No entanto, sendo mais claro, em rigor, não há silêncio; há ordem para silenciar. Assim, o apelo à incapacidade humana na lida com essas temáticas não pode ser igualado a uma fuga da problemática, nem fruto da indiferença e do obscurantismo ou do cansaço – é obediência à revelação. É convicção exegética.

As palavras de John Walton (2019:206) me representam: “[A] Bíblia não se engaja em teodiceias, nem nos convida a fazê-lo.” Esse “silêncio” em toda revelação certamente justifica não somente um outro artigo, mas um longo livro. Quem sabe?

Referências

- ARNDT, W., DANKER, F. W., BAUER, W., & GINGRICH, F. W. [*A Greek-English lexicon of the New Testament and other early Christian literature*](#). Chicago: University of Chicago Press, 2000.
- AUNE, David E. *The New Testament in its Literary Environment*. Philadelphia: Westminster, 1989.
- DUNN, James D. G. *Word Biblical Commentary Romans 9–16*. Dallas: Word Books, 1988.
- ESTES, Douglas. *Questions and Rhetoric in the Greek New Testament: an Essential Reference Resource for Exegesis*. Grand Rapids: Zondervan, 2017.
- FITZMYER, J. A., S. J. [*Romans: a new translation with introduction and commentary*](#). New Haven; London: Yale University Press, 2008.
- HARRISON, Everett F. Romans. Em GAEBELEIN, Frank E. *The Expositor's Bible Commentary*. Grand Rapids: Zondervan, 1984. Volume 10.
- HENDRIKSEN, W., KISTEMAKER, S. J. [*Exposition of Paul's Epistle to the Romans*](#). Grand Rapids: Baker Book House, 2001
- KÖSTENBERGER, Andreas. PATTERSON, Richard D. *Convite à interpretação Bíblica: A tríade hermenêutica*. São Paulo: Vida Nova, 2015.
- PIPER, John. *The Justification of God: an exegetical and theological study of Romans 9.1-23*. Grand Rapids: Baker Academic, 1993.
- MOO, Douglas J. *The Epistle to the Romans*. Grand Rapids: Eerdmans, 1996.
- MORRIS, L. [*The Epistle to the Romans*](#). Grand Rapids, MI; Leicester, England: W.B. Eerdmans; Inter-Varsity Press, 1988.
- MOUNCE, R. H. [*Romans*](#). Nashville: Broadman & Holman Publishers, 1995.
- MURRAY, John. *Romanos*. São José dos Campos: Fiel, 2003.
- NESTLE, E., NESTLE, E., ALAND, B., ALAND, K., KARAVIDOPOULOS, J., MARTINI, C. M., & METZGER, B. M. (1993). [*The Greek New Testament \(27th ed.\)*](#). Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1993

OSWALT, John N. *Comentário do Antigo Testamento – Isaías*. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.

PORTER, Stanley E. *The Letter to the Romans: a linguistic and literary commentary*. Sheffield: Sheffield Phoenix Press, 2015.

STERLING, Gregory E. Hellenistic Moral Philosophy And The New Testament In. Stanley E. Porter (ed.) *Dictionary of Biblical Criticism and Interpretation*. New York: Routledge, 2007.

STERLING, Gregory E. Hellenistic Philosophy and the New Testament. Em Porter, Stanley E. Porter (Ed). *Handbook To Exegesis Of The New Testament*. Boston – Leiden: Brill Academic Publishers, 2002.

WALTON, John. *O mundo perdido do dilúvio*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2019.

WRIGHT, N. T. *Paulo: novas perspectivas*. São Paulo: Loyola, 2009.